



ESTADO DA BAHIA

Câmara Municipal de Sítio do Quinto

Praça Tancredo Neves, S/N — CEP: 48.550

GABINETE DO PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 37 de 25 de novembro de 1990.

"Institui a taxa de iluminação pública e dá ou
tras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO SÍTIO DO QUINTO, ESTAD
DO DA BAHIA:

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu
sanciono a seguinte lei.

art. 1º - Fica criada a taxa de iluminação públi
ca destinada a atender as despesas de consumo de energia elétrica ,
operação, manutenção, melhoramentos, ampliação do serviço de ilumina
ção pública prestado pela Município, e que incidirá sobre cada prédi
o.

§ 1º - A taxa tem como fato gerador o forneci
mento de iluminação em vias e logradouros públicos, sob a responsabi
lidade da Prefeitura Municipal.

§ 2º - Para efeito de lançamento considerar -
se-á contribuinte toda pessoa física ou jurídica que tenha residênci
a, domicílio, escritório, casa comercial, fábrica ou similares em lo
gradouro ou via servido ou não por iluminação pública.

§ 3º - Será responsável pelo pagamento da ta
xa de iluminação pública o titular responsável pelo uso da unidade
imobiliária autônoma, a qualquer título utilizada.

art. 2º - Ficam excluídos do pagamento da taxa de
iluminação pública os contribuintes usuários de unidades imobiliári
as autônomas nos quais sejam mantidas as atividades classificadas
como Poder Público Municipal.

art. 3º - Entende-se por iluminação pública aque
la que esteja diretamente ligada à rede de distribuição da Concessio
nária responsável pela distribuição de energia elétrica no Município
, e sirva exclusivamente à via ou logradouro público de livre acesso
permanente.

*Provado em 20
de Novembro de 1990
Rafael*

como Poder Público Municipal.

seiva exclusivamente a via de transporte de bens pessoais
e não de transporte de bens de natureza comercial.
A responsabilidade pela determinação da natureza da
atividade é dada ao contribuinte e não ao fisco.
Isa que estas diretrizes não devem ser interpretadas
como uma autorização para a realização de operações
art. 3º -

**Câmara Municipal de Sítio do Quinto**

Praça Tancredo Neves, S/N — CEP: 48.550

GABINETE DO PRESIDENTE

art. 4º - O valor da taxa de iluminação pública se rá cobrado em duodécimos, sempre baseados em percentuais do módulo de Tarifas de Iluminação Pública vigente, nos limites a seguir estabelecidos:

RESIDENCIAL% MÓDULO TARIFA

0 a 30	1,0
31 a 100	2,0
101 a 200	5,0
201 a 450	7,5
451 a 650	15,0
Acima de 650	20,0

NÃO RESIDENCIAL

0 a 30	3,0
31 a 100	5,0
101 a 200	7,5
201 a 450	14,0
451 a 650	20,0
Acima de 650	25,0

Parágrafo único - A taxa será reajustada proporcionalmente cada vez que houver variação na tarifa de fornecimento de energia elétrica para a classe de iluminação pública.

art. 4º ^{5º} - O produto da taxa de iluminação pública constituirá receita destinada a pagamento prioritário das contas de iluminação pública, podendo os saldos porventura existente serem aplicados na melhoria e ampliação do sistema da referida iluminação.

art. 5º ^{6º} - Caso a renda obtida pela arrecadação da taxa de iluminação pública seja inferior ao valor da conta de fornecimento de energia elétrica para esse serviço, a municipalidade pagará o complemento da fatura apresentada pela CONCESSIONÁRIA, mediante a utilização de recursos próprios.

*aprovado em 20 de
Novembro de 1990
deputado*



Câmara Municipal de Sítio do Quinto

Praça Tancredo Neves, S/N — CEP: 48.550

GABINETE DO PRESIDENTE

art. 6º ^{1º} - A cobrança da taxa será feita pela Prefeitura Municipal por intermédio da CONCESSIONÁRIA, através das contas mensais de fornecimento de energia elétrica.


§ 1º - A CONCESSIONÁRIA fica eximida de qualquer responsabilidade pelo não pagamento da taxa de iluminação pública por parte do contribuinte.

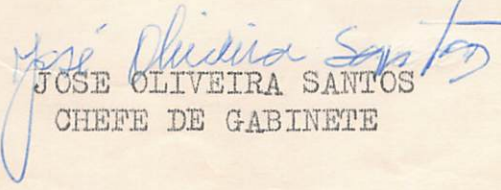
§ 2º - Fica proibida a utilização da receita oriunda da taxa para pagamento dos consumos de energia elétrica de outras classes, mesmo do Poder Público Municipal.

art. 7º ^{8º} - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Empresa Distribuidora de Energia Elétrica no Município para os fins desta lei, ficando a CONCESSIONÁRIA autorizada a empregar a receita da taxa de iluminação pública no pagamento das despesas afins.

art. 8º ^{9º} - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, em 25 de novembro de 1990.


ANTÔNIO MARQUES DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL


JOSE OLIVEIRA SANTOS
CHEFE DE GABINETE

aprovado em 20 de novembro de 1990

Repro 76